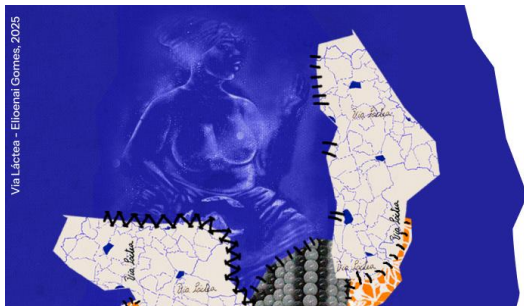




ENTRE PINCÉIS E PELE: O ENSINO DE ARTES VISUAIS NA “DES”CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NEGRAS

BETWEEN BRUSHES AND SKIN: THE TEACHING OF VISUAL ARTS IN THE (DE)CONSTRUCTION OF BLACK CHILDREN'S IDENTITY

Maryele Evelyn Oliveira Silva ¹

UFPA

Rita de Cássia Cabral Rodrigues de França ²

EAUFPA

Ana Del Tabor Vasconcelos Magalhães ³

UFPA

Resumo: O presente artigo apresenta reflexões de uma pesquisa em andamento que investiga o processo de ensino-aprendizagem em Artes Visuais, com ênfase na construção da identidade da criança negra e na abordagem das relações étnico-raciais no currículo da educação básica. A investigação fundamenta-se na implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Considerando as experiências vivenciadas no estágio supervisionado, busca-se compreender como as crianças reagem diante de conteúdos relacionados à diversidade cultural e como essas interações afetam sua autoimagem e autoestima. A metodologia adota uma abordagem qualitativa descritiva, articulando revisão bibliográfica, análise documental, observações em sala de aula, análise de produções artísticas de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental e entrevistas com professores e alunos, tendo como base a análise de conteúdo segundo Bardin (2016). Os resultados parciais apontam para os desafios da formação docente e da permanência de um currículo eurocêntrico, mas também evidenciam o potencial das Artes Visuais como campo fértil para práticas pedagógicas antirracistas, que fortalecem a identidade negra e promovem um ambiente escolar mais inclusivo.

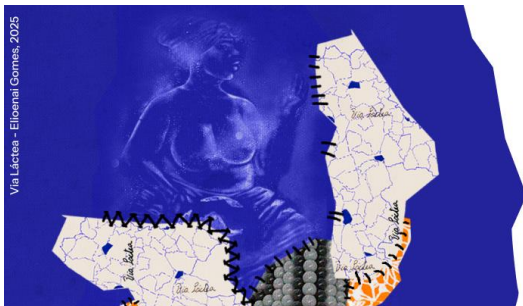
PALAVRAS-CHAVE: Artes Visuais; Relações Étnico-Raciais; Currículo; Identidade; Educação Básica.

Abstract: This article presents reflections from an ongoing research that investigates the teaching-learning process in Visual Arts, with emphasis on the construction of Black children's

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Projeto de Pesquisa. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5582247713386692>.

² Docente da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Artes/PPGARTES/UFPA. Membro dos grupos de pesquisas Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores/as e Relações Étnico-Raciais (GERA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Arte, Memória e Acervos na Amazônia. Associada à Federação dos Arte/educadores do Brasil/FAEB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8175127523532357>.

³ Docente Associada da Universidade Federal do Pará (Licenciatura em Artes Visuais e da Pós-Graduação- Mestrado ProfArtes). Doutora em Artes – EBA/UFGM. Integrante dos Grupos de Pesquisas Ensino de Arte e Tecnologias Contemporâneas/UFGM- (CNPq) e Arte, Memórias e Acervos na Amazônia/UFPA-CNPq. Membro Conselheira da Federação de Arte/Educadores do Brasil-FAEB (2023-2024). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0310909316607481>.



identity and on the approach to ethnic-racial relations in the basic education curriculum. The research is based on the implementation of Law n. 10.639/2003, which establishes the mandatory teaching of African and Afro-Brazilian history and culture. Considering experiences during supervised teaching practice, the study seeks to understand how children react to contents related to cultural diversity and how these interactions affect their self-image and self-esteem. The methodology adopts a qualitative descriptive approach, combining literature review, document analysis, classroom observations, analysis of children's artistic productions, and interviews with teachers and students, based on Bardin's content analysis. Partial results point to challenges in teacher training and the persistence of a Eurocentric curriculum, but also highlight the potential of Visual Arts as a fertile field for anti-racist pedagogical practices that strengthen Black identity and promote a more inclusive school environment.

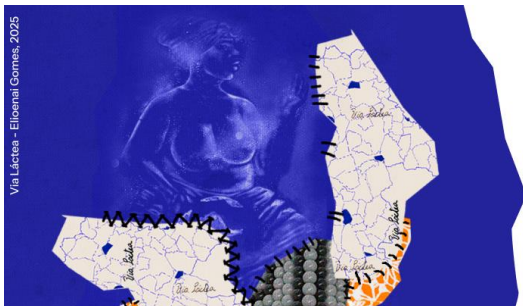
Keywords: visual arts; ethnic-racial relations; curriculum; identity; basic education.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como contexto a Escola de Aplicação, em três turmas, 1º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I. Tem como objetivo investigar como o ensino de Artes Visuais, a partir da implementação da Lei nº 10.639/2003, contribui para a construção da identidade da criança negra e para o enfrentamento de estereótipos raciais no currículo da educação básica. Além de ser um marco legal, essa lei é uma conquista histórica do movimento negro brasileiro e um instrumento pedagógico essencial para combater o racismo e valorizar as identidades negras (Gomes, 2008).

A escolha do tema é devido ao Plano de Trabalho vinculado ao Projeto “Ensino/aprendizagem em Artes Visuais na Escola de Aplicação: Representações dos/as professores/as sobre a prática educativa e as relações étnico-raciais”, vinculada à Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará/UFPA e aprovado pelo Edital PRODOUTOR/UFPA/PROESP em agosto 2025. Se justificada pela necessidade de fomentar uma educação mais inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade cultural e étnico-racial. A inserção dessas temáticas no ensino de Artes Visuais contribui para desconstrução de estereótipos que foram cristalizados no imaginário da sociedade brasileira, ampliando o repertório cultural dos estudantes e favorecendo um ambiente educacional mais equitativo.

Além da participação no projeto, as experiências vivenciadas no estágio supervisionado evidenciaram como as relações sociais e culturais afetam diretamente os modos como essas crianças se veem e são vistas no espaço escolar. Como



afirmam Gomes e Araújo (2014, p. 236), “a infância constitui uma fase da vida humana, mas não pode ser entendida apenas dessa forma, descontextualizada de uma visão sócio-histórica”. Afinal, “as crianças são entendidas como diversas em suas constituições históricas e culturais e nas identidades étnico-raciais, de gênero, de origem social” (Gomes; Araújo, 2014, p. 241).

Nesse sentido, compreende-se que a criança constrói a sua identidade negra na mesma concepção de Gomes (2005), nas relações com os outros como afirma a autora:

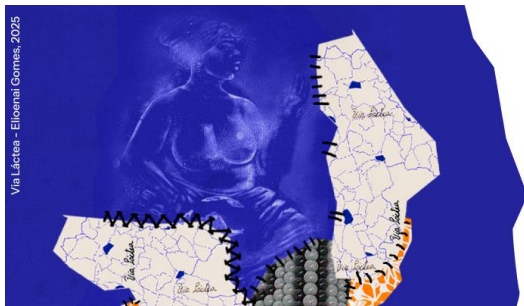
A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (2005, p. 43).

No entanto, construir a identidade negra em um país como o Brasil, que historicamente exige negação da cor para aceitação, é um processo atravessado por tensões. A formação em um currículo intercultural que valorize o povo negro e sua contribuição para a história, economia, música e cultura do Brasil, é fundamental para esse processo.

Nessa direção, duas questões chamaram a atenção, primeiro em uma das turmas de aulas supracitadas, no decorrer do estágio supervisionado, foi observado que as mochilas das meninas traziam estampas de personagens dos filmes da Disney, como a Rapunzel, Branca de Neve, Cinderela. Esse fato suscita uma reflexão sobre a falta de representatividade infantil na mídia brasileira, o que dificulta que as crianças negras possam se identificar e se reconhecer de forma positiva.

A segunda questão observada nas aulas de Artes Visuais ocorreu durante uma atividade em que os alunos deveriam pintar a figura humana de acordo com sua própria cor de pele. No entanto, percebeu-se que algumas crianças negaram a própria cor por serem negras. Esse fato suscita reflexões importantes: qual o significado da cor/raça para a criança negra? De que maneira a cor impacta na autoestima da criança negra? Qual a importância da cor/raça para a construção de uma identidade negra positiva?

À vista disso, considera-se a necessidade de práticas educativas voltadas a um currículo multicultural, que valorize a contribuição da população negra na construção do país, e promovendo uma educação mais inclusiva e representativa da



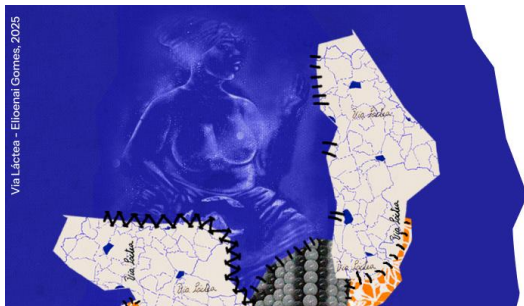
diversidade étnica brasileira. Nesse sentido, a autora Walsh (2009) nos instiga a provocar e organizar mudanças, desconstruir currículos racializados que ignoram historicamente no Brasil a diversidade cultural do país.

Nesse sentido, a questão norteadora deste estudo é: como o ensino de Artes Visuais, a partir da Lei nº 10.639/2003, pode contribuir para a construção da identidade da criança negra e para o enfrentamento de estereótipos raciais no currículo do ensino fundamental? Para responder a essa questão, definiu-se como objetivo investigar de que forma o ensino de Artes Visuais, fundamentado na Lei nº 10.639/2003, pode colaborar para a construção da identidade da criança negra e para a desconstrução de estereótipos raciais no contexto escolar.

A presente pesquisa adotou a metodologia de abordagem qualitativa e descritiva, com o levantamento bibliográfico de autores e autoras que discutem a Lei nº 10.639/2003, as relações étnico-raciais na educação e o papel do ensino de Artes Visuais na formação da identidade de crianças negras, com base em Gomes (2005, 2009), Gomes e Araújo (2014) e França (2024), para as relações étnico-raciais, Magalhães (2019) para o estágio supervisionado, entre outros. Os documentos oficiais como a Lei nº 10.639/2003, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e projetos pedagógicos institucionais que tratam da inclusão das relações étnico-raciais no currículo escolar.

Importante destacar que esta pesquisa está em andamento e que a metodologia ainda contará com a análise de desenhos: será realizado um estudo das produções visuais de crianças do 4º ano do Ensino Fundamental I, visando identificar desafios e estratégias na aplicação da Lei nº 10.639/2003 no ensino de Artes Visuais. Além disso, foi utilizado um questionário⁴ como instrumento de coleta de dados junto a professores da área, com o objetivo de identificar percepções, desafios e práticas pedagógicas relacionadas à referida lei. As observações realizadas em sala de aula também integram o corpus empírico da pesquisa.

⁴ O Plano de Trabalho que materializa esta pesquisa em sala de aula, foi aprovado em agosto de 2025, pelo projeto Prodoutor. Devido o interesse em participar do ConFaeb em 2025, e seguir às normas do Edital do evento com relação ao prazo de inscrição, não deu tempo para apresentar a análise das categorias elencadas.



2 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS ANOS INICIAIS EM ARTES VISUAIS

Apesar da importância da Lei nº 10.639/2003, ainda há ausência de conteúdos consistentes que fundamentem o trabalho com relações étnico-raciais nas Artes Visuais. Gomes (2008) destaca que o processo de mudança requer rupturas com paradigmas eurocêntricos e a desconstrução de estereótipos estabelecidos historicamente sobre o negro e a África, o que implica uma profunda revisão curricular e pedagógica. Como afirmam Gomes e Araújo, “os estudos sociais sobre a infância e pesquisas e estudos sobre educação infantil têm dado pouca atenção às relações raciais” (Gomes; Araújo, 2014, p. 246). Portanto, torna-se importante a necessidade de abordagens pedagógicas conscientes, sensíveis e fundamentadas, que promovam o respeito à diversidade e o fortalecimento da autoestima dos estudantes.

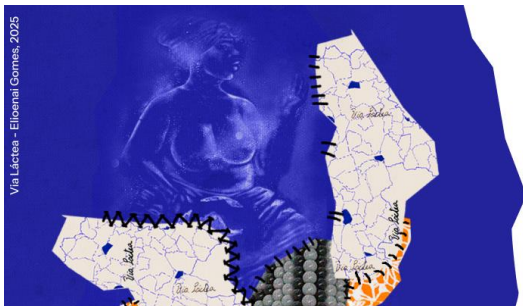
3 (DES) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA

3.1 Experiências no estágio

O estágio é um componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura, fundamentado nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). No entanto, para além de ser obrigatório, é um momento ímpar na formação do futuro professor. É no estágio supervisionado que o discente/estagiário vivencia de forma concreta a realidade escolar, podendo se identificar ou não com a profissão. Nesse espaço, ele se depara com situações diversas, como problemas de comportamento dos alunos, dificuldades de aprendizagem, processos de exclusão ou inclusão relacionados às diferenças (PcDs, estudantes negros, LGBTQIA+), além de desafios estruturais da escola e práticas docentes que variam entre o planejamento sistemático e o imprevisto.

Nesse sentido, para Magalhães (2019) o estágio supervisionado corrobora na formação dos discentes/estagiários e também dos professores da Educação Básica para qualificar o ensino da Arte:

Rever as formas de ensinar/aprender no contexto da formação docente com base nas percepções/concepções dos discentes/estagiários e professores da



Educação Básica poderá contribuir para aproximar os envolvidos no processo formativo em prol da melhoria do Ensino da Arte em todos os contextos curriculares e níveis de ensino (Magalhães, 2019, p. 176).

Segundo a autora, o estágio supervisionado contribui no sentido em mão dupla no processo de ensino/aprendizagem, tanto para o discente/estagiário que vivencia a realidade escolar, quanto para o professor da escola que descobre novas técnicas artística/estética, o que reverbera no ensino de Artes Visuais com conhecimentos atualizados e práticas educativas inovadoras.

Durante o estágio supervisionado realizado na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA) no ano de 2024, foram observadas turmas do 1º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I. Essas experiências proporcionaram importantes subsídios para reflexão sobre a necessidade de metodologias e materiais didáticos adequados para abordar a diversidade cultural no contexto escolar.

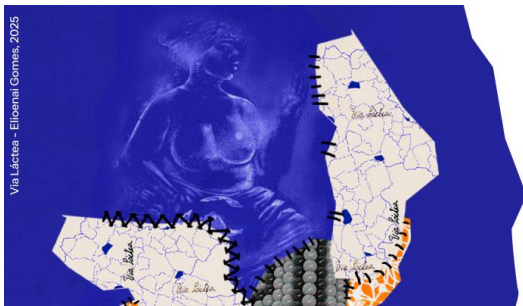
Em uma das primeiras regências, realizada com alunos do 1º ano, foi trabalhado o tema dos grafismos africanos e sua presença nas estampas de roupas, como observado na figura 1 em que a turma trabalhou os grafismos nas ecobags.

Figura 1 – Pintura de grafismos em ecobags alunos 1º ano Ens. Fundamental I



Fonte: Das autoras

A atividade artística/estética/cultural consistiu na criação de ecobags inspiradas nas obras da artista sul-africana Esther Mahlangu, complementadas pela apresentação de referências da artista brasileira Criola. Essa abordagem evidenciou



a presença significativa da cultura afro-brasileira e africana nas aulas de Artes Visuais, reforçando a importância de valorizar essas manifestações culturais desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Outra experiência marcante ocorreu com alunos do 4º ano durante a produção de autorretratos, em que os estudantes desenhavam a si mesmos a partir do decalque de suas fotos e, em seguida, deveriam pintar o desenho de acordo com sua própria cor de pele, como ilustrado na figura 2 abaixo.

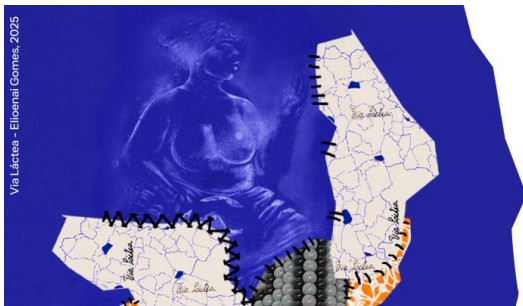
Figura 2 – Autorretrato de uma aluna 4º ano Ens. Fundamental I



Fonte: Das autoras

Durante a atividade, um episódio chamou atenção pela forma como refletiu questões sociais mais amplas: um estudante negro solicitou uma "cor de pele" específica para seu desenho, mas ao receber um tom marrom, rejeitou-o, apontando para a cor da colega branca como referência. Esse episódio evidencia como o racismo estrutural influencia a percepção da identidade e da autoimagem das crianças negras, revelando a urgência de práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade étnico-racial.

Além disso, em uma aula do 1º ano do Ensino Fundamental, uma obra do 1º ano do Ensino Médio, que se encontrava exposta na sala de aula, retratava uma



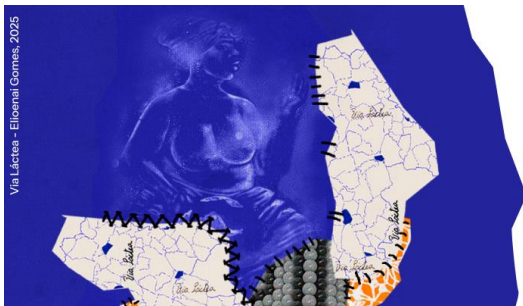
mulher preta descrita como "gorda e feia". Uma aluna questionou o porquê dessa representação, e, como estagiária, não soube como responder no momento. A indagação de uma aluna sobre a representação gerou uma reflexão profunda sobre a responsabilidade do docente em mediar temáticas sensíveis relacionadas à imagem corporal, à raça e à diversidade.

Essas vivências reforçam a necessidade de uma abordagem pedagógica atenta e consciente, capaz de incentivar a curiosidade e o interesse das crianças, mas também de combater preconceitos e estereótipos enraizados. Como destaca França (2024), “o campo docente, no ensino/aprendizagem no cotidiano, mostra certa resistência em abordar no currículo a cultura afro-brasileira no processo de ensino/aprendizagem” (2024, p. 178).

3.2 Racismo religioso e o silenciamento

O estágio também evidenciou a relevância de discutir o racismo religioso dentro do ensino de Artes Visuais. Como Umbandista há mais de três anos, percebo que a ausência de conteúdos escolares a respeito das religiões de matriz africana contribui para a persistência do racismo religioso nas escolas. Um episódio marcante ocorreu em uma aula com uma turma do 4º ano do ensino fundamental, um aluno observou a guia de proteção que eu usava no pescoço e me perguntou: “Tia, de que religião você é?” Respondi que era da Umbanda. Ele me olhou rapidamente, ficou em silêncio e voltou a conversar com o colega, pouco depois comentou com entusiasmo que iria para a missa. A naturalidade com que ele compartilhou sua experiência católica, contrastando com o silêncio diante da Umbanda, revela como desde cedo as crianças percebem, mesmo que inconscientemente, que há religiões que “podem” ser ditas e outras que são silenciadas.

Em um dos ensinamentos compartilhados pelo dirigente do terreiro que frequento, ele provoca: “Por que o Candomblé e a Umbanda são tão marginalizados hoje em dia? Porque são religiões de pessoas pretas. E nas escolas somos ensinados a sermos racistas”. Essa fala demonstra o quanto o preconceito contra essas religiões está ligado ao racismo estrutural e à colonização dos saberes, além de como isso se



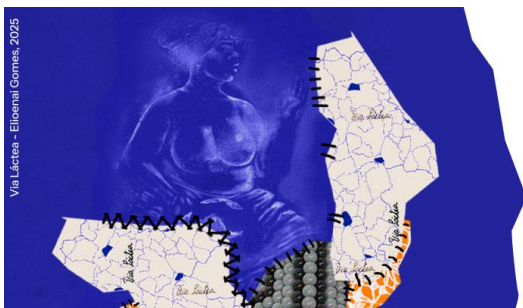
perpetua no contexto escolar por meio do silenciamento dessas expressões culturais e religiosas.

A percepção do silenciamento e da marginalização das religiões afro-brasileiras se reflete nas experiências relatadas por Brisolla e Senna (2021), nas quais crianças de um terreiro registravam, por meio de desenhos e cadernos de artista, as narrativas e histórias do espaço religioso onde cresceram. Nessas oficinas, o processo artístico representava um movimento de valorização da ancestralidade, fortalecendo a memória afetiva e a cultura visual. Ao explorar o cotidiano do terreiro e o imaginário das crianças, era possível perceber como a arte funcionava como uma ferramenta de descolonização do olhar e do sensível, permitindo que elas reconhecessem e expressassem sua identidade cultural.

Incorporar esses temas no ensino de Artes Visuais pode ser um caminho para ampliar o respeito à diversidade e construir um currículo verdadeiramente inclusivo e antirracista. Assim como nas oficinas descritas por Brisolla e Senna (2021), a arte pode ser usada para estimular a subjetividade e a expressão cultural das crianças, possibilitando que registrem suas histórias e compreendam sua própria identidade. Esses espaços de criação funcionam como encruzilhadas de saberes, onde diferentes narrativas culturais convivem e se valorizam, promovendo o enfrentamento do preconceito e fortalecendo de identidades diversas.

3.3 Embate teórico e desafios na implementação da Lei 10.639/2003

A relevância das experiências relatadas no estágio se conecta diretamente aos desafios teóricos e estruturais apontados na implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Estudos de França (2024), Gomes (2008) e Gomes e Araújo (2014) confirmam que a educação das relações étnico-raciais é fundamental para a formação cidadã e para a valorização da identidade de diferentes grupos sociais. Entretanto, a efetivação da Lei ainda enfrenta obstáculos significativos, como a ausência de formação docente adequada e a escassez de materiais didáticos específicos.



França (2024) aponta que a formação de docentes se baseou em uma perspectiva curricular eurocêntrica, ignorando a diversidade cultural brasileira:

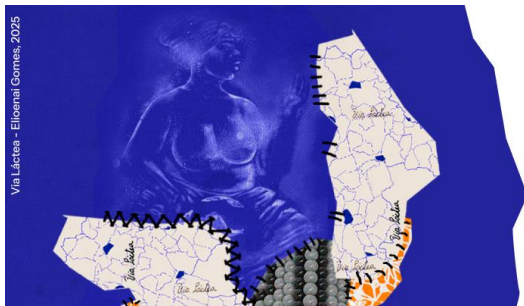
Os/as docentes que formaram os/as profissionais da educação que atuam hoje formando outros/as professores/as basearam-se numa perspectiva curricular eurocêntrica, negando a existência da amalgamação de histórias e culturas que somaram elementos e forjaram a diversidade da sociedade brasileira (França, 2024, p. 200).

A ausência de conteúdos sobre relações étnico-raciais na formação docente contribui para que esses temas sejam abordados de forma superficial ou negligenciada: "As diferenças de raça, classe social, gênero, linguagem, deficiência, entre outros, ficaram ausentes no currículo de suas formações" (França, 2024, p. 200).

Gomes e Araújo (2014) reforçam que mudanças pontuais na legislação, realizadas de forma "apressada e sem consulta à sociedade", não são suficientes para efetivar os direitos das crianças negras, sendo necessária uma abordagem estruturada, ancorada em políticas públicas, práticas pedagógicas consistentes e formação crítica de docentes. França, Fonseca e Magalhães (2021) destacam que a ausência de estratégias pedagógicas que valorizem a identidade negra impacta a autoestima, o desempenho acadêmico e a relação das crianças negras com a escola. Como ressalta Djamila Ribeiro (2019), muitas delas se sentem "acusadas" de serem negras e não reconhecidas.

A implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003 exige práticas pedagógicas que transcendam a simples afirmação de que "não se é racista", promovendo mudanças curriculares, formação docente e novas abordagens didáticas que alterem visões de mundo, redimensionem a memória coletiva e enfrentem preconceitos (França; Fonseca; Magalhães, 2021). Nesse contexto, o ensino de Artes Visuais se configura como um espaço estratégico, oferecendo acesso à produção artística afro-brasileira e às narrativas que compõem o repertório identitário das crianças negras.

Portanto, a integração das experiências de estágio com o embate teórico evidencia que a construção de práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas é indispensável. O fortalecimento da cultura africana e afro-brasileira no currículo contribui para a superação de resistências institucionais, promovendo uma educação mais equitativa, representativa e capaz de valorizar a diversidade cultural e religiosa.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais da pesquisa demonstram que o ensino de Artes Visuais possui grande potencial para colaborar com a desconstrução de estereótipos raciais e o fortalecimento da identidade negra dos alunos de forma positiva. As experiências em sala de aula evidenciam tanto os desafios impostos por um currículo ainda eurocêntrico quanto as possibilidades abertas por práticas pedagógicas antirracistas.

A pesquisa, em andamento, aponta que a inserção de referências afro-brasileiras e africanas nas aulas de Artes Visuais favorecem a autoestima e amplia o repertório cultural das crianças negras. No entanto, a ausência de formação crítica de professores e a resistência em abordar o tema revelam a urgência de políticas públicas e práticas pedagógicas estruturadas.

Conclui-se que, ao integrar estéticas e narrativas negras em uma perspectiva curricular decolonial, o ensino de Artes Visuais pode contribuir de forma significativa para a construção de uma escola democrática, antirracista e efetivamente inclusiva da diversidade étnica.

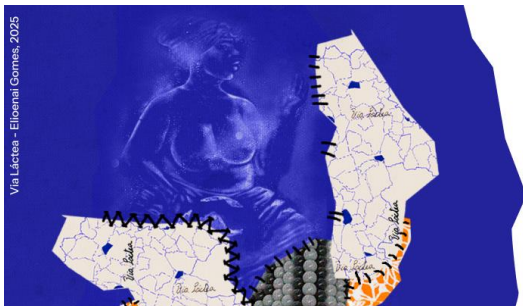
REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. - Edições 70, 2016.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Ministério da Educação, 10 de janeiro de 2003.

BRISOLLA, Karina Constantino; SENNA, Nádia da Cruz. A poética de crianças de terreiro: o desenho como reivindicação da ancestralidade. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE ARTE/EDUCAÇÃO DO BRASIL – CONFAEB, 2021, [S.l.]. *Anais* [...]. [S.l.: s.n.], 2021.

FRANÇA, Rita de Cássia Cabral Rodrigues de. *Representações dos/as docentes sobre as práticas educativas: as relações étnico-raciais no contexto do curso de licenciatura em Artes Visuais da UFPA*. 2024. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.



FRANÇA, Rita de Cássia Cabral Rodrigues de; FONSECA, Nélia Lúcia; MAGALHÃES, Ana Del Tabor Vasconcelos. Ensino-aprendizagem em Artes Visuais: a construção da identidade da criança negra nos anos iniciais. In: CONGRESSO DA FEDERAÇÃO DE ARTE/EDUCAÇÃO DO BRASIL – CONFAEB, 2021, [S.l.]. *Anais [...]*. [S.l.: s.n.], 2021.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações raciais*: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Superando o racismo na escola. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/2003. In: MOREIRA, Antônio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Org.). *Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67–89.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org). *Educação Intercultural na América Latina*: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.